

O legado de Michel Foucault para a crítica atual ao neoliberalismo

The legacy of Michel Foucault for contemporary criticism of neoliberalism

André Yazbek

Universidade Federal Fluminense, Brasil
andre_yazbek@id.uff.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo revisitar a genealogia crítica de Michel Foucault em relação aos temas da biopolítica e do neoliberalismo, com o intuito de delinear seu legado para a crítica contemporânea dos nossos sistemas de poder. Para tanto, começaremos pelo tema da liberdade e sua invocação no contexto das formas contemporâneas de governos autoritários, para então explorar o tema através da analítica do poder de Foucault.

Palavras-chave: Michel Foucault; biopolítica; soberania; violência; governamentalidade neoliberal.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo revisitar la genealogía crítica de Michel Foucault en relación con los temas de la biopolítica y el neoliberalismo, con el fin de delinear su legado para la crítica contemporánea de nuestros sistemas de poder. Para ello, comenzaremos con el tema de la libertad y su invocación en el contexto de las formas contemporâneas de gobierno autoritario, para luego explorar el tema a través de la analítica del poder de Foucault.

Palabras Claves: Michel Foucault; biopolítica; soberanía; violencia; gubernamentalidad neoliberal.

Abstract: This article aims to revisit Michel Foucault's critical genealogy concerning the themes of biopolitics and neoliberalism to outline his legacy for contemporary criticism of our systems of power. To this end, we will start with the theme of freedom and its invocation in the context of contemporary forms of authoritarian government, then proceed to explore the topic through Foucault's analytics of power.

Key-words: Michel Foucault; biopolitics; sovereignty; violence; neoliberal governmentality.

Fecha de recepción: 02/11/2024. Fecha de aceptación: 26/11/2024.

André Constantino Yazbek (São Paulo, Brasil, 1974). Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com estágio de doutorado na École Normale Supérieure de Paris, e pós-doutorado em Filosofia pela École Normale Supérieure de Lyon. Além de diversos artigos publicados em revistas especializadas, é autor dos livros "Itinerários cruzados: os caminhos da contemporaneidade filosófica francesa nas obras de Jean-Paul Sartre e Michel Foucault" e "10 Lições sobre Foucault". Atualmente, é Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense.

Conferência apresentada no Colóquio Michel Foucault: 40 anos depois – Edição São Carlos, evento acadêmico integrado ao conjunto de iniciativas reunidas no "World Congress Michel Foucault: 40 years after", realizado entre os dias 22 a 24 de outubro de 2024 na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil.

1.

Como fiz em outro lugar¹, gostaria de começar por sublinhar dois elementos constitutivos do dispositivo discursivo da retórica neoliberal, amplamente difundidos. O primeiro deles concerne à afirmação segundo a qual a “redução do Estado” implica em uma redução das formas de dominação e controle políticos, ou seja, uma diminuição da capacidade política estatal de constrangimento e de atuação sobre os indivíduos. O segundo deles, de maneira similar ao primeiro, afirma que o neoliberalismo, em sua “crítica visceral” ao Estado, visa dar aos indivíduos a possibilidade de exercer a “liberdade” sem impor-lhes nenhuma forma de vida particular: do trabalho às atividades de lazer, da escolha por modos de consumo ou serviços, nós estaríamos diante do máximo exercício da liberdade individual. Daí que a “liberdade” seja evocada, contra a “servidão” ao Estado, como mote central da retórica neoliberal, – retórica que permitirá a alguém como Friedrich Hayek, já em 1944, identificar as raízes da ascensão do fascismo nas “tendências socialistas” do “dirigismo econômico” da República de Weimar:

Enquanto, para muitos que acompanharam de perto a transição do socialismo para o fascismo, a conexão entre os dois sistemas se tornou cada vez mais óbvia, neste país a maioria das pessoas ainda acredita que socialismo e liberdade podem ser combinados.²

Entretanto, seria necessário investigar em profundidade a vigência prática desta ideia de “liberdade” da qual nos falam os ideólogos do neoliberalismo, uma vez que o mesmo Hayek, quatro décadas após seu esforço ideológico de combate ao “estatismo” keynesiano, viria a apoiar o regime militar ditatorial de Augusto Pinochet no Chile (1973-1990), caracterizado por reformas econômicas neoliberais concomitantes ao terrorismo de Estado que resultou na morte e no exílio de centenas de milhares de cidadãos. Assim, em entrevista ao jornal chileno *El Mercurio*, em 1981, Hayek afirmará o seguinte:

Bem, eu diria que, como instituições de longo prazo, sou totalmente contra ditaduras. Mas uma ditadura pode ser um sistema necessário para um período de transição. Às vezes, é necessário que um país tenha, por um tempo, alguma forma de poder ditatorial. Como você entenderá, é possível que um ditador governe de maneira liberal. E também é possível que uma democracia governe com total ausência de liberalismo. Pessoalmente, prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo.³

1 YAZBEK, André Constantino. “Soberania e violência biopolítica neoliberal: revisitando o paradigma da *guerra* no pensamento de Michel Foucault”. En *Natureza humana*, vol.23, n. 2, 2021, 46-62.

2 HAYEK, Friedrich von. *The Road to Serfdom*. Routledge, Londres/New York, 2006, 31.

3 HAYEK, Friedrich von. “Friedrich Von Hayek: Líder y Maestro del Liberalismo Económico”. En *El Mercurio*, Santiago do Chile, 12/04/1981.

Nesse sentido, não deveria nos surpreender o fato de que a feição atual do neoliberalismo seja capaz de evocar o elogio à “liberdade liberal” para articular formas autoritárias de governo e controle social com a sujeição da totalidade da vida ao modelo de negócios do capital, – resultando na combinação entre uma crescente degradação das políticas sociais e um incremento igualmente substantivo dos aparatos materiais da violência de Estado. Vê-se, então, a emergência sucedânea de governos e partidos que parecem destinados a pôr fim à coexistência do capitalismo e da democracia liberal.⁴ E se quisermos ficar no exemplo que nos é mais familiar, a nós, brasileiros, bastaria evocar a espécie de *neoliberalismo autoritário* característico do governo Bolsonaro, cuja brutalidade serviu e ainda têm servido à construção de uma *extrema direita de base popular* igualmente assentada na retórica da *liberdade* (combinada à lógica militarista de governo e ao moralismo religioso de tipo “neoconservador”).⁵

Mas de que se trata, afinal?

A levarmos em conta as análises pioneiras desenvolvidas por Michel Foucault a respeito (mas também sua recepção no debate crítico atual), a manipulação estratégica e aparentemente contraditória desta defesa da “liberdade” deveria ser compreendida como um índice revelador do tipo de poder gestorário que caracterizaria o neoliberalismo: mais do que um conjunto de reformas econômicas pró-mercado e de políticas estatais favoráveis ao sistema financeiro especulativo, o neoliberalismo, em Foucault, é um vasto projeto de gestão e controle social caracterizado por uma racionalidade governamental fundada sobre o *cálculo individual* de tipo *concorrencial*, – uma “certa maneira de se comportar no campo econômico”, “na forma da concorrência”.⁶ Trata-se, portanto, de uma racionalidade de governo no interior da qual a *liberdade individual* se vê convertida no próprio instrumento pelo qual os indivíduos são “governados” ou dirigidos. Assim, já o liberalismo clássico será definido por Foucault como uma “arte de governo” para a qual não se trata de aceitar a liberdade, mas sim de “fabricá-la a cada instante,

4 Em 2024, governos de extrema direita e partidos associados continuam a ganhar destaque no Ocidente, mobilizando discursos nacionalistas, anti-imigração e autoritários. Na Itália, Giorgia Meloni, à frente dos *Irmãos da Itália*, combina um discurso conservador com políticas voltadas ao controle social e à defesa de valores tradicionais. Na França, o *Rassemblement National*, liderado por Marine Le Pen, representa um projeto de fortalecimento do Estado-nacional contra o globalismo. Nos Estados Unidos, o movimento em torno de Donald Trump incorpora um neoliberalismo autoritário, promovendo a desregulamentação econômica aliada ao enfraquecimento das instituições democráticas. Na Hungria, Viktor Orbán articula um governo centralizada voltada para a manutenção de uma identidade nacional homogênea, reforçando uma crítica ao cosmopolitismo europeu. Partidos como o *VOX* na Espanha e os *Democratas Suecos* promovem agendas que rejeitam o multiculturalismo e propõem a recuperação de formas tradicionais de organização política e social, dentro de uma lógica neoliberal de exclusão.

5 “Embora outros grupos sociopolíticos constituam sua base [a do governo bolsonaro], a saber, os ruralistas, os ativistas judiciais e os evangélicos, são na verdade os três primeiros (economistas neoliberais ligados ao mercado financeiro, militares da reserva e neoconservadores) que assumem o papel principal, ocupando progressivamente posições de alto nível e submetendo os outros ministérios às suas reivindicações”. Cf. ANDRADE, Daniel Pereira. “Le néolibéralisme autoritaire au Brésil, Réforme économique néolibérale et militarisation de l’administration publique”. En *Sens-Public*, v. 01, 2020, 6.

6 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes, São Paulo, 2008, 240.

suscitá-la, produzi-la⁷ e consumi-la⁷, – com todos os custos inerentes a esta fabricação e consumo das liberdades, e que se traduzem pela formação de toda uma série de dispositivos de *segurança e arbitragem*:

A liberdade e a segurança, o jogo liberdade e segurança – é isso que está no amago dessa nova razão governamental cujas características gerais eu lhes vinha apontando. Liberdade e segurança – é isso que vai animar internamente, de certo modo, os problemas do que chamarei de economia de poder própria do liberalismo.⁸

Neste sentido, compreendido como uma dada tecnologia de gestão biopolítica das populações (tornadas um *ativo* indispensável no contexto do desenvolvimento das modernas sociedades industriais), o governmento neoliberal implica em converter os sujeitos de direito sobre os quais se exercia a soberania política em uma massa populacional a ser disciplinada e administrada justamente em termos *securitários*.⁹ Em consequência, trata-se de uma articulação entre a formação de uma “cultura política” do *perigo* e do *medo* com uma “formidável extensão dos procedimentos de controle” de tipo disciplinares e de regulação biopolítica das populações, constituindo, assim, a contrapartida e o contrapeso das liberdades liberais.¹⁰ Como dirá Thomas Lemke, portanto, *perigo e insegurança* (a ameaça de desemprego, da pobreza, da degradação social e familiar, etc.) não são exatamente consequências indesejadas ou efeitos colaterais negativos, mas antes as condições essenciais e os elementos *positivos* da liberdade liberal.¹¹ Espera-se que os indivíduos enfrentem os riscos e as inseguranças sociais, o que significa que o *pacto de segurança* substitui o *contrato social*.

Dai que a afirmação da “liberdade individual” possa conviver, sem nenhuma contradição, com a multiplicação dos dispositivos de controle e também com práticas autoritárias de governo: convertida em *matéria e campo de incidência* para o exercício atual do poder, a “liberdade neoliberal” pode ser apreendida no quadro mais amplo do caráter regressivamente antidemocrático do neoliberalismo, – cuja expressão concreta, quando não francamente autoritária, como no caso chileno, revela um conjunto de práticas políticas de retração da esfera pública para a desativação da margem decisória de processos populares de reivindicação de justiça social. Assim, se em nossos dias a retórica da defesa da “liberdade” pôde tornar-se o elemento ordinário dos discursos autoritários, isso se deve ao fato de que se trata, a partir do esvaziamento da dimensão propriamente coletiva do “espaço comum”

7 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 88.

8 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 89.

9 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 30.

10 “Insisti bastante sobre o fato de que as tais grandes técnicas disciplinares que se ocupam do comportamento dos indivíduos no dia a dia, até em seus mais ínfimos detalhes são exatamente contemporâneas, em seu desenvolvimento, em sua explosão, em sua disseminação através da sociedade, da era das liberdades. Liberdade econômica, liberalismo no sentido que acabo de dizer e técnicas disciplinares: aqui também as duas coisas estão perfeitamente ligadas”. FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 91.

11 LEMKE, Thomas. *Foucault, governamentalidade e crítica*. Editora Politeia, São Paulo, 2017, 67.

da *política*, da redução dos sujeitos à condição de *homo œconomicus* exclusivamente guiados por uma racionalidade instrumentalizada a partir da lógica típica da maquinaria de acumulação capitalista.

Em suma, e nas palavras de Christian Laval, a liberdade neoliberal indica uma “mentira ideológica e uma técnica de governo”¹²; como tal, ela compreende uma dada *forma de assujeitamento* (que consiste na incorporação da lógica ilimitada de acumulação de capital como modalidade subjetiva) mas também, no plano da gestão política estatal, da *interdição da possibilidade mesma do exercício da soberania popular* sobre os processos político-econômicos em curso, – culminando naquilo que Wendy Brown tem designado como a “*desdemocratização*” das democracias liberais.¹³ Nestes termos, a democracia substantiva ameaça o *princípio do mercado concorrencial*, cuja lógica pretende enformar até mesmo os poderes públicos, na medida em que o próprio exercício da soberania popular passa a ser visto como um entrave de ineficiência e/ou uma ameaça “socialista”.

2.

Este breve arrazoado acerca do tema da “liberdade neoliberal”, e do aparente paradoxo de sua evocação nos marcos do neoliberalismo e de práticas autoritárias de governo e controle social, indica um dos mais importantes legados foucaultianos para a crítica política de nosso tempo. Fosse o caso de realizar um balanço da crítica atual ao neoliberalismo – cuja diversidade e extensão ultrapassam as leituras economicistas centradas em aspectos concernentes ao mero receituário de políticas econômicas antikeynesianas –, dificilmente poderíamos negligenciar a influência exercida pelas intuições pioneiras de Foucault. Seja sob a forma de uma adoção quase integral, seja sob a forma de uma recepção crítica, o fato é que a genealogia do neoliberalismo produzida pelas análises foucaultianas, centradas na noção de “governamentalidade” – o “governo” como “maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos”¹⁴ –, parece ser capaz de renovar a compreensão da realidade atual de nossas relações de poder.

Assim, em primeiro lugar devemos a Foucault a ideia chave segundo a qual já o liberalismo marca o momento da “irrupção do mercado” como princípio de inteligibilidade e “lugar de veridicção” da ação governamental¹⁵, – o que significa, com efeito, a destituição da *soberania* do domínio da economia:

12 LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. Elefante, São Paulo, 2020, 54.

13 BROWN, W. “American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization”. Em *Political Theory*, vol. 34, no. 6, 2006.

14 FOUCAULT, Michel. “Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho”. Em RABINOW, Paul; RABINOW, Hubert (edits.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1995, 244.

15 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 45.

A ausência ou a impossibilidade de um soberano econômico: é esse problema que será finalmente colocado em toda a Europa e em todo mundo moderno pelas práticas governamentais, pelos problemas econômicos, pelo socialismo, pela planificação, pela economia do bem-estar.¹⁶

Mas lhe devemos igualmente uma delimitação das diferenças entre o “velho” liberalismo clássico, de tipo smithiano, e as formas propriamente contemporâneas do neoliberalismo: aqui, o *mercado* já não é um princípio de autolimitação do governo ou do estado – como pretendia o liberalismo –, mas antes o princípio de exigência de sua *intervenção* para a realização da ambiência concorrencial, o que implica uma “política ativa sem dirigismo [econômico]”.¹⁷ Neste sentido, a própria economia de mercado se torna um “princípio organizador e regulador do Estado” e, em consequência, mobiliza a intervenção dos poderes públicos para a construção do próprio ambiente concorrencial: o “neoliberalismo não vai [...] se situar sob o signo do *laissez-faire*, mas, ao contrário, sob o signo de uma vigilância, de uma atividade, de uma intervenção permanente”.¹⁸ Isso significa, com efeito, que a concorrência pura não é um “dato primitivo” ou um elemento natural a ser respeitado, mas sim um princípio formal a ser atingido, um objeto histórico da arte de governo neoliberal: “A concorrência pura deve ser e não pode ser senão um objetivo, um objetivo que supõe, por conseguinte, uma política infinitamente ativa”.¹⁹

Assim, podemos considerar que o interesse suscitado pela crítica política de Foucault desde a publicação de *Nascimento da biopolítica* (2004) se relaciona a pelo menos dois ganhos importantes legados por sua perspectiva de análise do neoliberalismo (dois ganhos que, com maior ou menor fidelidade à letra foucaultiana, parecem incorporados ao debate atual). Em primeiro lugar, ao permitir abordar o neoliberalismo como uma *racionalidade específica de governamento*, a perspectiva foucaultiana desloca a habitual compreensão do fenômeno político neoliberal em termos de uma mera continuidade com o liberalismo clássico e/ou uma reativação de “velhas teorias econômicas”.²⁰ Em segundo lugar, e como ocorre habitualmente em Foucault, na condição de *racionalidade específica de governamento* o neoliberalismo possui por correlato a formação de um tipo de *individuação obediente* também específica: trata-se, como vimos, do *homo oeconomicus*, elemento básico da nova razão governamental,

16 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 385.

17 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 182.

18 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 182.

19 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 164.

20 Nas palavras do próprio Foucault: “o neoliberalismo atual não é, de maneira nenhuma, como se diz muitas vezes, a ressurgência, a recorrência de velhas formas de economia liberal, formuladas nos séculos XVIII e XIX, que o capitalismo atualmente reativaria, por certo número de razões relacionadas tanto a sua impotência, as crises que ele atravessa, quanta a certo número de objetivos políticos ou mais ou menos locais e determinados”. Cf. FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 159.

cuja modalidade de assujeitamento, como também já fizemos notar, consiste em produzir uma “relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo”.²¹

Neste sentido, se liberalismo e neoliberalismo são formas de governo que se ancoram em uma lógica de poder cuja racionalidade é expressa por um saber normativo específico, o saber da *economia política*, e se, em consequência, ambos encontram no *mercado* a chave de inteligibilidade da totalidade da vida social, isso não autoriza, no entanto, a considerá-los segundo uma relação de mera continuidade. Ao contrário, de um a outro temos um deslocamento em direção a formas radicalizadas de “governo econômico”. Assim, ao passo que para o liberalismo clássico o princípio do mercado era o da “troca livre” como sinal de “equivalência de valores” (o que pressupunha a naturalidade da equivalência e, portanto, a não intervenção em benefício da situação de igualdade do *laissez-faire*), para o neoliberalismo, por sua vez, o princípio do mercado será a concorrência²², – o que significa não exatamente a salvaguarda de um território livre de intervenções estatais, mas sim um conjunto de intervenções realizadas por uma política de desmonte da moldura formal de direitos, a ser promovida por uma desregulamentação que assegure a desigualdade concorrencial.²³

Por esse motivo, dirá Foucault, se o problema do liberalismo clássico era aquele de “saber como, no interior de uma sociedade política já dada, era possível recortar, arranjar um espaço livre que seria o do mercado”, o problema do neoliberalismo será o de “saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado”.²⁴ No primeiro caso, o do liberalismo clássico, tem-se um objetivo que é, a princípio, *negativo* (trata-se de salvar um espaço de *não interferência* do Estado, “liberar um espaço vazio” que será, precisamente, o do mercado), ao passo que, no caso do neoliberalismo, trata-se de um objetivo *positivo*: modelar o exercício do poder político estatal e a organização geral da sociedade pelos princípios de uma economia de mercado de tipo concorrencial. Assim, o que está em jogo para o neoliberalismo não é exatamente uma “sociedade submetida ao efeito-mercadoria”, mas antes uma

21 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo, São Paulo 2016, 31.

22 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 160-161.

23 Ainda que se considere que esse elemento não seja o ponto de vista privilegiado por Foucault, que preferirá centrar-se, sobretudo em sua leitura do ordoliberalismo alemão, na recusa do neoliberalismo à “ingenuidade naturalista” que caracterizava as teorias liberais até o século XIX: “é aí que os ordoliberais rompem com a tradição do liberalismo dos séculos XVIII e XIX. Eles dizem: do princípio da concorrência como forma organizadora do mercado [elemento já presente no liberalismo do século XIX], não se pode e não se [deve] tirar o *laissez-faire*. Por quê? Porque, dizem eles, quando da economia de mercado você tira o princípio do *laissez-faire*, é que no fundo você ainda é prisioneiro do que se poderia chamar de uma ‘ingenuidade naturalista’, isto é, você considera que o mercado, seja ele definido pela troca, seja ele definido pela concorrência, é de qualquer modo uma espécie de dado natural, algo que se produz espontaneamente e que o Estado deveria respeitar, na medida em que é um dado natural. Mas, dizem os ordoliberais [...], isso é uma ingenuidade naturalista. Pois, de fato, o que é a concorrência? Não é de modo algum um dado natural”. Cf. FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 162-163.

24 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 181.

“sociedade submetida à dinâmica concorrencial”.²⁵

De outra parte, se o *homo oeconomicus* formara já a paisagem subjetiva própria ao liberalismo clássico – encarnando-se na figura do “homem da troca” –, o *homo oeconomicus* neoliberal não é exatamente o “parceiro da troca”, mas *seu* próprio *capital concorrencial* (ou seja, sua própria “fonte de renda”²⁶). Daí que Foucault possa divisar, na modalidade especificamente neoliberal do *homo oeconomicus*, um outro deslocamento sofrido pelo liberalismo clássico a partir do neoliberalismo (agora tendo-se em vista seu modo de assujeitamento): se o *homo oeconomicus* egresso do século XVIII fôra o elemento sobre o qual o poder soberano *não poderia ter a pretensão de governar* – a lógica da realização dos múltiplos interesses dos agentes econômicos é, por princípio, “ingovernável”, posto que se trata de um “elemento intangível em relação ao exercício do poder” –, com o neoliberalismo este mesmo *homo oeconomicus*, de estatuto renovado, aparece justamente como “aquele que é eminentemente governável”, elemento a ser gerido por uma peculiar forma de governo que fabrica as “liberdades” indispensável ao seu próprio exercício.²⁷ Em síntese: De parceiro intangível do *laissez-faire*, o *homo oeconomicus* aparece agora como o correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio.²⁸ Ele é, portanto, a “superfície de contato entre o indivíduo e o poder que se exerce sobre ele”: o “indivíduo só vai se tornar governamentalizável, [...] só se vai poder agir sobre ele na medida em que, e somente na medida em que, ele é *homo oeconomicus*.”²⁹

Neste ponto preciso, encontramos a figura tipicamente neoliberal do “empresário de si mesmo” ou “empreendedor”, – figura por excelência da individualização obediente neoliberal, cuja tecnologia de governo, como vimos, faz da empresa não uma “instituição”, mas sobretudo uma “certa maneira de se comportar”.³⁰ Compreende-se, igualmente, a importância atribuída por Foucault à obra de Gary Becker, tido como o exemplo paradigmático do neoliberalismo estadunidense da *Escola de Chicago*. Ora, se já o ordoliberalismo alemão fôra responsável pela conjugação da lógica da “concorrência pura” com um conjunto de medidas de intervenção estatal que visavam a realizá-la, em Becker a tendência do governo neoliberal para a generalização da racionalidade de mercado para a totalidade da vida social será levada ao *paroxismo*, – de sorte a alcançar,

25 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 201.

26 “Na concepção clássica do *homo oeconomicus*, esse homem econômico era o quê? Pois bem, é o homem da troca, o parceiro, um dos dois parceiros no processo de troca. No neoliberalismo [...] também vai-se encontrar uma teoria do *homo oeconomicus*, mas o *homo oeconomicus*, aqui, não é em absoluto um parceiro da troca. O *homo oeconomicus* é um empresário, é um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital [...]”. Cf. FOUCAULT, *Nascimento da biopolítica*, 130.

27 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 369.

28 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 369.

29 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 345.

30 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 240.

por meio da teoria do “capital humano”, territórios até então tidos como não-econômicos: a criminalidade, o casamento, a educação dos filhos, etc.³¹

Estamos, portanto, no centro de uma “mutação epistemológica” (o termo é do próprio Foucault³²) que permitirá a modificação do domínio de objetos e do campo de referência geral da análise econômica no sentido torná-la uma ciência da *conduta humana*. Geralmente definida como o estudo da “alocação ótima de recursos raros a fins otimizados”, a economia poderá então ser redefinida por Becker como sendo, nas palavras de Foucault, uma “ciência da sistematicidade das respostas [do agente] às variáveis do meio”.³³ Neste sentido, a mutação epistemológica produzida pelo neoliberalismo estadunidense nos leva da *análise dos processos econômicos à análise da racionalidade interna, calculável e programada, dos comportamentos dos indivíduos*. Explicita-se, aqui, o fundo antropológico do paradigma neoliberal de apreensão de cada indivíduo, positiva e normativamente, como capital empreendedor ou autoinvestidor, responsável por sua própria “liquidez” e “valorização” em um ambiente concorrencial que o opõe a outras unidades empresariais.

Neste ponto, estamos no cerne da articulação entre os aspectos epistemológico e prático das relações entre saber e poder na ordem da governamentalidade neoliberal. Não se trata apenas de (re)afirmar que o neoliberalismo não é exatamente a redução do Estado ou uma diminuição de sua espessura de poder, mas antes o triunfo de um Estado a serviço da economia do mercado concorrencial, mas, igualmente, de compreender o tipo de sujeito governável produzido pelo saber da economia política neoliberal na medida em que se modifica seu domínio de objetos e seu campo de referências. No limite, o neoliberalismo estadunidense acaba por fazer com que toda conduta sensível às variações do meio seja um objeto passível de análise econômica, integrando ao campo do saber econômico toda uma série de “técnicas comportamentais” que consiste

não em fazer a análise do significado das condutas, mas simplesmente em saber como um dado jogo de estímulos poderá, por mecanismos ditos de reforço, acarretar respostas cuja sistematicidade poderá ser notada e a partir da qual será possível introduzir outras variáveis de comportamento.³⁴

Daí porque a retórica da limitação dos poderes do Estado em favor da liberdade, peça central do dispositivo discursivo neoliberal, deva ser compreendido

31 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 365.

32 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 306.

33 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 368. Nas palavras do próprio Gary Becker, a “associação combinada entre maximização do comportamento, equilíbrio do mercado e preferências estáveis, utilizada de forma implacável e inflexível, forma o coração da abordagem econômica tal como eu a vejo”, e é esta associação que confere à ciência econômica o “fundamento estável para gerar previsões sobre as respostas às mudanças nas variáveis” introduzidas no campo de ação do agente (Cf. BECKER, Gary. *The Economic Approach to Human Behavior*. University of Chicago Press, Chicago, 1990, 5). Nestes termos, Becker pôde concluir que a “abordagem econômica era aplicável a todo o comportamento humano”. Cf. BECKER, Gary. *The Economic Approach to Human Behavior*, 8.

34 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 368.

não como uma limitação das formas governamentais do exercício de poder, mas antes como a sua multiplicação por uma série de controles e intervenções para fazer valer a autocracia do mercado concorrencial em sua dupla tarefa de modelar os poderes do Estado e as relações sociais pelo princípio normativo de realização da desigualdade concorrencial.

3.

A originalidade dessa compreensão do neoliberalismo deriva da própria originalidade da compreensão foucaultiana do poder e da crítica à modernidade levada a cabo por sua genealogia. Assim, considerando os próprios saberes como dispositivos políticos de natureza eminentemente estratégica, Foucault é capaz de construir uma *história política da racionalidade* e das *modalidades de assujeitamento* na modernidade a partir da perspectiva, inicialmente contraintuitiva, de uma *produtividade do poder*. Trata-se, portanto, de uma *genealogia* que concerne ao domínio da produção dos corpos e das condutas de indivíduos e populações, mas também no de uma *genealogia do governo* e do *Estado* moderno que, em consequência, é igualmente uma *história do sujeito*.³⁵ Afinal, como sabemos ao menos desde *Vigiar e Punir*, as “disciplinas reais e corporais constituíram o subsolo das liberdades formais e jurídicas”.³⁶

Assim sendo, essa perspectiva genealógica permitirá a Foucault uma *crítica política da razão* na qual as formas historicamente instituídas do trabalho da racionalidade são chamadas a apresentar seus princípios operatórios e os esquemas de justificação de suas pretensões a propósito das relações entre: i) o *projeto ocidental* de um desenvolvimento *universal da razão*, ii) a *positividade das ciências* e iii) a racionalidade moderna das formas atuais do *exercício do poder*, – seja a do controle biopolítico das populações, seja a da constituição de modalidades de individuação obediente disciplinar. Nas palavras do próprio Foucault, em sua militância política ao redor das prisões, trata-se de explicitar o “poder lá onde ele se exerce sob outro nome – aquele da *justiça*, da *técnica*, do *saber*, da *objetividade*”.³⁷

Notemos, portanto, que o trabalho genealógico de Foucault não se deixa assimilar por uma história das ideias ou mesmo das instituições, mas sim por uma “história da *racionalidade* tal como ela opera nas instituições e na conduta das pessoas”: a “racionalidade é o que programa e orienta o conjunto da conduta humana. Há uma lógica tanto nas instituições quanto na conduta dos indivíduos e nas relações políticas”.³⁸ Neste sentido, o neoliberalismo é o

35 LEMKE, Thomas. *Foucault, governamentalidade e crítica*, 5.

36 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Vozes, Petrópolis, 2014, 209.

37 FOUCAULT, Michel. “Préface à *Enquête dans vingt prisons*”. Em DEFERT, Daniel; EWALD, François (eds.). *Dits et écrits I. 1954-1975*. Quarto Gallimard, Paris, 2001, 1064.

38 FOUCAULT, Michel. “Foucault Estuda a Razão de Estado (entrevista com M. Dillon)”. Em MOTTA, Manuel

capítulo historicamente mais recente dos deslocamentos de uma racionalidade governamental cujo esteio propriamente moderno se encontra no advento de uma biopolítica das populações que se poderia caracterizar como a “evisceração e redução da política à mera *administração* [da vida]: a saúde do corpo político é agora apenas outra das funções administrativas do Estado”.³⁹

Mas há uma outra dimensão dessa biopolítica das populações e de sua razão neoliberal contemporânea, – uma dimensão que concerne à *gestão da morte* e ao papel de uma espécie de *violência soberana* em nossa contemporaneidade. Uma tal perspectiva sobre a lógica atual de nossos sistemas de poder a partir de uma “economia da morte” e da “guerra” dialoga criticamente com a herança foucaultiana e tem sido largamente explorada. Nesse âmbito, merecem destaque as leituras da biopolítica por Giorgio Agamben e Achille Mbembe, cuja atenção recai sobre as prerrogativas soberanas da morte na gestão da vida das populações, mas também, em outro sentido, os trabalhos de Christian Lavan e Pierre Dardot, que se orientam para a retomada da temática da *guerra civil* como cifra de inteligibilidade da lógica de poder dos governos neoliberais. Não há espaço, aqui, para uma análise mais detida das leituras atuais da biopolítica. Mas me parece necessário ao menos indicar sua forma geral a partir de seus mais célebres propugnadores.

Da parte das leituras de Agamben e Mbembe, talvez se possa dizer que se trata de uma disputa ao redor do *estatuto da soberania* na temática foucaultiana da biopolítica, – daí a tendência, comum a ambos, em associar a biopolítica foucaultiana aos argumentos de Carl Schmitt a propósito da soberania como prática decisionista de exceção, sendo que a noção de “necropolítica”, em Mbembe, opera uma espécie de *giro decolonial* com relação à perspectiva agambeniana a respeito da biopolítica moderna.⁴⁰ Ora, se em Foucault o tema de “soberania” se refere a uma dada *racionalidade* do exercício de poder cuja característica é a de ser *dispendiosa, espetacular* e eminentemente *territorial*, a tematização da biopolítica, por outro lado, pretende localizar, na ordem da descontinuidade histórica, o advento de uma nova lógica e de novas tecnologias de exercício de poder que nos remetem ao oposto da soberania: desde o panorama histórico da expansão urbana, do aumento demográfico e do desenvolvimento capitalista industrial entre os séculos XVIII e XIX, tem-se a emergência de uma racionalidade governamental de investimento positivo na *vida* para o incremento das forças produtivas e do consumo das populações, favorecendo a circulação de “homens” e “mercadorias” (daí que a própria biopolítica venha a encontrar sua caracterização final na abordagem do liberalismo e do neoliberalismo⁴¹). Evidentemente, não se

Barros (edits.). *Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2010, 319.

39 MENDIETA, Eduardo. “Biopolitics”. En LAWLOR, Leonard; NALE, John (coords.) *The Cambridge Foucault Lexicon*. Cambridge University Press, New York, 2014, 42.

40 YAZBEK, André Constantino. “Soberania e violência biopolítica neoliberal: revisitando o paradigma da *guerra* no pensamento de Michel Foucault”, 58-59.

41 Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica” Cf. FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, 30.

trata de compreender a relação entre *soberania* e *biopoder* como se se tratasse de uma mera substituição, – mesmo que possamos encontrar, no próprio texto foucaultiano, certas ambiguidades a respeito.

Mas ainda que se considere que não há uma relação de substituição (como se se tratasse de um progresso no desenvolvimento de formas sempre superiores de racionalidade do poder), o fato é que o deslocamento operado por Agamben e Mbembe a propósito do biopoder identifica uma espécie de *déficit* do problema da *soberania* nas análises foucaultianas. Dessa perspectiva, a qual se poderia ainda reunir Roberto Esposito, haveria uma certa “hesitação de fundo entre dois vectores de sentido” contidos na temática foucaultiana da biopolítica, a soberania e o biopoder.⁴² Assim, trata-se de compreender, da perspectiva mesma deste poder soberano de *causar* a morte ou *deixar* viver, o arranjo concertado que faz da gestão mortífera das populações um elemento imprescindível da lógica biopolítica, que parece então caracterizar-se pelo duplo imperativo da *decisão soberana sobre a vida matável* e da tarefa assumida de *zelar pelo corpo biológico* da nação. Da perspectiva de Agamben, por exemplo, estaríamos diante de uma espécie de *soberania biopolítica*: “Na biopolítica moderna, soberano é aquele que decide sobre o valor ou sobre o desvalor da vida enquanto tal”.⁴³ Ou ainda, se tomarmos como exemplo a leitura da biopolítica por Mbembe: “Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”.⁴⁴

Da parte das pesquisas de Dardot e Laval, por seu turno, os esforços se concentram em um movimento que pretende realizar uma crítica ao neoliberalismo a partir de uma releitura do legado foucaultiano na qual mobiliza-se o Foucault dos primeiros anos da década de 1970 “*contra*” o Foucault dos anos 1978-1979, e isso justamente para dar conta do aspecto intrinsecamente violento das políticas neoliberais. Trata-se, portanto, de recuperar o enfoque a partir do qual, no contexto dos cursos ministrados no *Collège de France*, se deu a primeira ocorrência do tema da *biopolítica* e do *biopoder*: aquele da *guerra civil* como realidade intrínseca ao corpo político, segundo sua tematização sobretudo nas lições de *Em defesa da sociedade* (1976), cuja primeira aula propõe a inversão do aforismo de Clausewitz, – “o poder é a guerra, é a guerra continuada por outros meios”.⁴⁵ Mobilizando o Foucault da temática da *guerra civil* “*contra*” o Foucault da governamentalidade, Dardot e Laval pretendem demonstrar que a violência policial e militante do Estado não são algo excepcional ao neoliberalismo, como se se tratasse de um desvio acidental em sua suposta preferência pelo uso de um “intervencionismo governamental” limitado aos quadros da democracia parlamentar clássica. Ao

42 ESPOSITO, Roberto. *Biopolítica e filosofia*. Edições 70, Lisboa, 2010, 56-57.

43 AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Boitempo, São Paulo, 2007, 149.

44 MBEMBE, A. “Necropolítica”. *Arte e Ensaios*, n. 32, dez. 2016, 124.

45 FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Martins Fontes, São Paulo, 2005, 22.

contrário, o próprio Laval, em publicação recente, nos chama a atenção para o que ele mesmo classificará como um “erro de perspectiva” proporcionado, entre outras coisas, pela própria ideia foucaultiana do neoliberalismo como uma dada forma de “racionalidade governamental”:

[Tratar da violência neoliberal como uma propriedade excepcional do neoliberalismo ou como a formação um “novo neoliberalismo”] foi um erro de perspectiva ou, mais precisamente, o que se pode chamar de um viés *européu-estadunidense* de compreensão do neoliberalismo. E isso se explica por uma tripla razão: 1) o *corpus* doutrinal do neoliberalismo é europeu e estadunidense; 2) o neoliberalismo se apresenta como uma continuidade do liberalismo clássico, especialmente com toda sua desconfiança em relação ao Estado; 3) as análises de Foucault que nos fizeram avançar tinham como limite esvaziar a dimensão de violência e de dominação estatal, fazer desaparecer a dimensão de guerra civil que foi tão importante para ele mesmo alguns anos antes, no começo dos anos 70. Dito de outro modo, o viés consistiu em dar crédito a uma visão da governamentalidade pela concorrência generalizada, sem dar atenção ao fato de que ela supunha uma guerra permanente, mais ou menos aberta, contra todas as forças sociais, todos os adversários políticos, todos os obstáculos institucionais que poderiam bloqueá-la. A dominação do neoliberalismo supõe a guerra, uma violência instauradora de uma ordem de mercado. E nada pode mostrar isso melhor do que o laboratório de Pinochet, no Chile, ou a guerra de Thatcher contra os sindicatos, ou, de maneira mais geral, as campanhas políticas dos teóricos do neoliberalismo contra o socialismo, o *welfare* e o sindicalismo.⁴⁶

Grosso modo, portanto, pode-se dizer que o trabalho conjunto de Dardot e Laval se inicia pela temática da formação de um “novo neoliberalismo” – que teria “adotado abertamente o paradigma da guerra *contra a população*”⁴⁷ – para, aos dias correntes, avançar na consideração da natureza eminentemente violenta, historicamente estratégica e belicosa, da lógica política neoliberal: o processo de radicalização das estratégias da governamentalidade neoliberal de controle, com sua expansão da lógica do mercado concorrencial para a totalidade da vida social, torna explícita uma *violência* que não é o produto de sua “degeneração” ou da formação de um “neoliberalismo novo”, mas parte integrante de sua história.⁴⁸

46 LAVAL, Christian. “Governamentalidade e violência neoliberal”. En CASTELO BRANCO, Felipe de Oliveira; YAZBEK, André Constantino (orgs.). *Pensar o neoliberalismo: epistemologia, política, economia*. Ruptura, São Paulo, 2023, 164-165.

47 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Never Ending Nightmare: How Neoliberalism Dismantles Democracy*. Verso, London/New York, 2019, xx.

48 “O propósito deste livro [*A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*] é acrescentar um capítulo que se tornou fundamental às genealogias existentes, escrito à luz das formas cada vez mais brutais das políticas neoliberais. E o que aparece ao se puxar esse fio não é um neoliberalismo ‘novo’ ou ‘degenerado’, mas a face mais sombria de sua história, a de uma lógica dogmática implacável que não hesita em relação aos meios empregados para enfraquecer e, se possível, destruir seus inimigos”. Cf. DARDOT, Pierre [et. al.]. *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. Elefante, São Paulo, 2021, 40.

Neste sentido, a recente publicação do *Grupo de Estudos sobre o Neoliberalismo e Alternativas* insiste na lógica de guerra civil, retomada de Foucault, não como uma nova fase ou uma mutação do sistema político neoliberal, mas sim como uma característica intrínseca de suas estratégias de parasitismo do Estado, uma “racionalidade de guerra” que se realiza inclusive “contra um inimigo que não está organizado, que não quer tomar o poder, ainda menos pela violência armada”.⁴⁹

Daqui o aparente enigma da biopolítica moderna, tendo-se em vista a produção *massiva e industrial* da morte em nossa modernidade: trata-se de tematizar e compreender a coexistência, em nossos atuais sistemas de poder, entre máquinas destinadas à produção industrial da morte e instituições destinadas ao cultivo da vida, – problema político que não escapou ao olhar atento de Foucault e, pode-se mesmo dizer, constituiu um pressuposto importante de sua caracterização da biopolítica (ainda que não tenha sido propriamente tematizado em suas obras).⁵⁰ Assim, já em *A vontade de saber*, por exemplo, a *positividade* característica da biopolítica das populações conhecerá uma outra expressão, complementar a do cultivo da vida, e que diz respeito à natureza das guerras e dos conflitos contemporâneos, que respondem às figuras históricas das novas exigências da morte e do sacrifício político dos cidadãos:

[...] jamais as guerras foram tão sangrentas como a partir do século XIX e nunca, guardadas as proporções, os regimes haviam, até então, praticado tais holocaustos em suas próprias populações. Mas esse formidável poder de morte – e talvez seja o que lhe empresta uma parte da força e do cinismo com que levou tão longe seus próprios limites – apresenta-se agora como o complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto. As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. *Os massacres se tornaram vitais*.⁵¹

Em sentido análogo, a última aula de *Em defesa da sociedade* refere-se aos estados ditos totalitários precisamente para sublinhar seu caráter a um só tempo *soberano* e *biopolítico* tendo em vista, precisamente, um “racismo de Estado” cuja finalidade e justificativa para a produção massiva da morte repousa justamente na proteção biológica do próprio corpo social.⁵²

É desse enigma que se alimenta, fundamentalmente, a tematização atual de algo como uma *violência biopolítica*, cujo sentido tem sido o de recapturar o problema moderno da violência política segundo os nexos entre a biopolítica e a soberania

49 DARDOT, Pierre [et. al.]. *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*, 314.

50 FOUCAULT, Michel. “La technologie politique des individus”. En DEFERT, Daniel; EWALD, François (eds.). *Dits et Écrits II, 1976-1988*. Quarto-Gallimard, Paris, 2001, 1634.

51 FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2017, 127-128.

52 FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*, 311.

estatal, – perspectiva que permanece devedora da herança foucaultiana na medida em que se trata de repensar a fronteira ontológica entre a vida biológica e a vida política, tal como fundada pela tradição ocidental, para então compreender a *violência política na contemporaneidade*.⁵³

Assim, gostaria de terminar assinalando o fato de que há também uma herança foucaultiana para a tematização da *violência política* aos nossos dias, – mesmo que se considere que Foucault tenha sido um filósofo ocupado em descrever antes as formas *positivas* e propriamente modernas do poder segundo o cálculo da gestão da vida (a disciplina e o biopoder). De todo modo, como dirá Foucault em 1980, “o que há de mais perigoso na *violência é sua racionalidade*”:

Certamente, a violência é em si mesma terrível. Mas a violência encontra sua ancoragem mais profunda na forma da racionalidade que nós utilizamos. Pretendeu-se que se nós vivêssemos em um mundo de razão, nós nos livraríamos da violência. O que é totalmente falso. Entre a violência e a racionalidade, não há incompatibilidade. Meu problema não é o de fazer o julgamento da razão, mas o de determinar a *natureza dessa racionalidade que é tão compatível com a violência*.⁵⁴

53 OKSALA, Johanna. “Violence and the Biopolitics of Modernity”. En *Foucault Studies*, no. 10, nov. 2010, 24.

54 FOUCAULT, Michel. “L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté”. En DEFERT, Daniel; EWALD, François (edits.). *Dits et Écrits II, 1976-1988*. Gallimard, Paris, 2001, 857-858.

Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Boitempo, São Paulo, 2007.
- ANDRADE, Daniel Pereira. “Le néolibéralisme autoritaire au Brésil, Réforme économique néolibérale et militarisation de l’administration publique”. En *Sens-Public*, v. 01, 2020/03, 1-29.
- BECKER, Gary. *The Economic Approach to Human Behavior*. University of Chicago Press, Chicago, 1990.
- BROWN, Wendy. “American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization”. En *Political Theory*, vol. 34, no. 6, 2006, 690-714.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. Boitempo, São Paulo 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Never Ending Nightmare: How Neoliberalism Dismantles Democracy*. Trad. Gregory Elliott. Verso, London/New York, 2019.
- DARDOT, Pierre [et. al.]. *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. Trad. Márcia Cunha. Elefante, São Paulo, 2021.
- ESPOSITO, Roberto. *Biopolítica e filosofia*. Trad. M. Freitas da Costa. Edições 70, Lisboa, 2010.
- FOUCAULT, Michel. “Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho”. En RABINOW, Paul; RABINOW, Hubert (edits.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Trad. Vera Porto Carrero. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. Vozes, Petrópolis, 2014.
- FOUCAULT, Michel. “Préface à *Enquête dans vingt prisons*”. En DEFERT, Daniel; EWALD, François (edits.). *Dits et écrits I. 1954-1975*. Quarto Gallimard, Paris, 2001.
- FOUCAULT, Michel. “La technologie politique des individus”. En DEFERT, Daniel; EWALD, François (edits.). *Dits et Écrits II, 1976-1988*. Quarto-Gallimard, Paris, 2001.
- FOUCAULT, Michel. “L’éthique du souci de soi comme pratique de la liberté”. En DEFERT, Daniel; EWALD, François (edits.). *Dits et Écrits II, 1976-1988*. Gallimard, Paris, 2001.

- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. Martins Fontes, São Paulo, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Trad. Eduardo Brandão. Martins Fontes, São Paulo, 2008.
- FOUCAULT, Michel. “Foucault Estuda a Razão de Estado (entrevista com M. Dillon)”. En MOTTA, Manuel Barros (edits.). *Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2017.
- HAYEK, Friedrich von. “Friedrich Von Hayek: Lider y Maestro del Liberalismo Economico”. En El Mercurio, Chile, 12/04/1981.
- HAYEK, Friedrich von. *The Road to Serfdom*. Routledge, Londres/New York, 2006.
- LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. Trad. Márcia Pereira Cunha e Nilton Ken Ota. Elefante, São Paulo, 2020.
- LAVAL, Christian. “Governamentalidade e violência neoliberal”. En CASTELO BRANCO, Felipe de Oliveira; YAZBEK, André Constantino (orgs.). *Pensar o neoliberalismo: epistemologia, política, economia*. Ruptura, São Paulo, 2023.
- LEMKE, Thomas. *Foucault, governamentalidade e crítica*. Trad. Eduardo Altheman Camargo Santos. Editora Politeia, São Paulo, 2017.
- MBEMBE, A. “Necropolítica”. Trad. Renata Santini. *Arte e Ensaios*, n. 32, dez. 2016, 123-151.
- MENDIETA, Eduardo. “Biopolitics”. En LAWLOR, Leonard; NALE, John (coords.) *The Cambridge Foucault Lexicon*. Cambridge University Press, New York, 2014.
- OKSALA, Johanna. “Violence and the Biopolitics of Modernity”. En *Foucault Studies*, no. 10, nov. 2010, 23-43.
- SCHMITT, Carl. *Der Begriff des Politischen*. Duncker & Humblot, Berlim, 2020.
- YAZBEK, André Constantino. “Soberania e violência biopolítica neoliberal: revisitando o paradigma da guerra no pensamento de Michel Foucault”. En *Natureza humana*, vol.23, n. 2, 2021, 46-62.